

## OS MAPAS E O ENSINO DE HISTÓRIA

Carolina Teixeira Pina<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho pretende apresentar como o mapa é visto enquanto recurso didático e como ele tem corroborado para o ensino de história. A conjuntura atual de recursos didáticos históricos está, em suma, pautada na utilização de jornais, revistas, literatura, música, cinema, fotografia e até museus (entre os documentos não escritos na sala de aula). Ao priorizar os mapas, verificamos as possibilidades e limites de sua utilização em sala de aula, bem como, sua inserção no conjunto de outros documentos visuais. O uso do mapa no ensino de história não é uma questão frequentemente abordada pela produção sobre conhecimento histórico escolar. A ideia do mapa como ilustração, enunciador da veracidade, comprovador de uma localização, perpetua-se. Em meio à diversidade de documentos visuais podemos ressaltar os mapas como testemunhos concretos de um tempo, de uma mentalidade, da cultura; seja em seu caráter expansionista, político, científico. A imagem enquanto documento não deve ser considerada como mera ilustração de um texto escrito; a primeira dimensão visual que temos do mapa é acerca da territorialidade, fronteiras limitadas, o que nos leva, de imediato, a associá-lo com a disciplina de geografia. No entanto, o mapa como recurso didático no ensino de história objetiva assentá-lo (também) em uma dimensão temporal sobre a qual pouco refletimos.

**Palavras-chave:** Mapas. Ensino de História. Recurso didático.

No decorrer desta pesquisa, observou-se que o tema do uso da cartografia em sala de aula não está tão consolidado na historiografia. Percebe-se uma predominância da abordagem historiográfica relacionada à cartografia em detrimento da relação entre ensino de história e mapas. Deste modo, a pesquisa privilegia a ótica cartográfica ainda que esta, de imediato, possa estar somente relacionada à ocupação, natureza e espaço.

Indagações como: “A cartografia transpõe a realidade?”, “Quem esteve e está no controle da cartografia?”, “Para quem ela serve?”, “O que ela busca dizer, afirmar ou impor?” são questões de extrema importância para que o aluno jamais conceba uma fonte histórica como algo pronto, dito, verdadeiro, especialmente, os mapas, que desde sua criação, estiveram atrelados às instituições de poder, ou como diria John Brian Harley (2005, p. 84), a produção de mapas constituiu na história uma ciência de príncipes (e para príncipes).

---

<sup>1</sup> Aluna do programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: [carolinatpina@yahoo.com.br](mailto:carolinatpina@yahoo.com.br).

Portanto, a partir do uso da cartografia objetiva-se discutir a construção do espaço (muito além da questão geográfica, e sim, política, social e sociológica) de maneira visual. A conjuntura atual de recursos didáticos históricos está, em grande medida, pautada na utilização de jornais, revistas, literatura, música, cinema, fotografia e até museus (entre os documentos não escritos na sala de aula). Em grande medida, a bibliografia de ensino de história não discute o mapa como recurso didático, ainda que esse material esteja presente em grande parte dos livros didáticos; de tal modo que o uso do mapa acaba por ilustrar uma conjuntura espacial do tema discutido. No entanto, deve-se ressaltar que por trás do mapa há também uma conjuntura temporal que permeia uma dinâmica social, política e econômica, fundamentais para a construção do saber histórico escolar<sup>2</sup>.

A produção de conto, música, charge, curta-metragem são atividades que podem estar envolvidas no conhecimento histórico, mas, por que não os mapas? Isto se dá em decorrência da visão de que o mapa é uma ferramenta que busca se aproximar da realidade, desta forma, omite-se a ideia que cada mapa evidencia uma narrativa histórica diferente. O passado se modifica pelo modo de intervenção do historiador e, sem dúvida, por meio do espaço, o homem pode pensar sua influência nos processos históricos. O aprofundamento acerca do processo de constituição das fontes proporciona ao aluno a ideia de se conceber como questionador do fazer histórico.

O mapa do Brasil de 1500 não é o mesmo que os dos dias atuais, não tão somente por mudanças geográficas, mas também por questões sociais, econômicas e políticas que influenciam a visão que se tem hoje do mapa do Brasil. Afinal, mapa é representação, símbolo dotado de e em um contexto.

Durante o contato com outros professores, percebeu-se que a ideia predominante entre esses acerca do mapa é de algo que necessita de um conhecimento técnico - escala, orientação, localização, etc. - atrelado à disciplina de geografia. Mas, afinal, o historiador domina as técnicas do cinema, da pintura ou da métrica? De modo geral não, contudo, delas se apropria em seu processo de ensino-aprendizagem. Diante de tal panorama, o ponto de

---

<sup>2</sup> O estudo do passado, utilizando as fontes na aula de História, deve ser ancorado e contextualizado numa situação que faça sentido humano, obtido com a sua vivência e a experiência de aprendizado dentro e fora da escola. A compreensão histórica vem da forma como sabemos como é que as pessoas viram as coisas, sabendo o que tentaram fazer, sabendo o que sentiram em uma determinada situação. Cf. ABUD, Katia Maria. Processos de construção do saber histórico escolar. **História & Ensino**, Londrina, v. 1, p. 25-34, jul. 2005.

partida do professor para trabalhar com mapas pode se dar pela percepção espacial do aluno e, em seguida, pela busca para entender o significado do mapa para os alunos.

O esforço por legitimar o uso dos mapas não tem como intento transformar os alunos em “pequenos cartógrafos” mas sim, ensinar que o ensino de história problematize esta fonte como outra qualquer. Até para afastar a ideia do mapa como, tão somente, uma ferramenta de localização espacial a qual se encaixa em um determinado debate histórico.

Portanto, os mapas são símbolos do mundo e não uma mera reprodução como em muito se tende a acreditar e cristalizar em sala, logo, nenhum mapa é neutro e muito menos está fechado em si mesmo. O mapa pode legitimar, segregar, incluir e silenciar e “se os historiadores são especialmente iletrados e geograficamente ignorantes, isso afetará seriamente seu conhecimento e entendimento do passado” (BLACK, 2005, p. 415).

Tuncay (2013) pontua a necessidade de utilizar o mapa como ferramenta pedagógica, em especial na América Latina. Todavia, destaca que em grande medida os trabalhos sobre o valor histórico do mapeamento são escritos principalmente em inglês o que acaba por dificultar o acesso para estudantes e professores latino-americanos. Para o estudioso, há um certo desinteresse e relutância em usá-lo como material de ensino e como fonte primária, pois os professores não se atêm à história da cartografia e suas transformações ao longo tempo. Tuncay (2013, p. 79-80) adverte que o professor de história só utilizará de forma eficaz o material cartográfico quando entendê-lo como qualquer tipo de fonte primária: onde se tem preferências e prioridades culturais.

Ao priorizar os mapas, verifica-se as possibilidades e limites de sua utilização em sala de aula, bem como, sua inserção no conjunto de outros documentos visuais. Em meio à diversidade de documentos visuais, ressalta-se os mapas como testemunhos concretos de um tempo, de uma mentalidade, da cultura, seja em seu caráter expansionista, político ou científico. O professor deve se referir ao mapa como construção social, ou seja, um documento elaborado - muitas vezes - com objetivos específicos e permeados de interesses, sobretudo, econômicos e políticos.

Entende-se que os mapas apresentam uma profunda relação entre os fenômenos de ordem política, econômica, tecnológica e cultural dos diversos países. Independentemente das suas fronteiras e das diferenças linguísticas, étnicas e culturais, os mapas marcam um determinado tempo e impõem desafios empíricos, teóricos e metodológicos, sobretudo, às disciplinas escolares que pretendem dar conta desse objeto.

O mapa também condensa um olhar sobre o mundo, na medida em que seus executores recortam, apreendem e transpõem em uma figuração cartográfica, o desenho do mundo e de diversas regiões (MOLINA, 2005). A imagem enquanto documento não deve ser considerada como simples ilustração de um texto escrito; a primeira dimensão visual que se tem do mapa é acerca da territorialidade, fronteiras limitadas, o que permite, de imediato, associá-lo com a disciplina de geografia. No entanto, o mapa como recurso didático no ensino de história, objetiva assentá-lo também em uma dimensão temporal sobre a qual pouco se reflete.

Discutir e legitimar tais produções cartográficas como recurso didático é promover a democratização dos lugares de vida através da reconstrução crítica do passado haja vista que os mapas são um discurso condensado em imagens e têm sido pouco utilizados na compreensão dos processos históricos.<sup>3</sup>

Na literatura acadêmica – destaque para os artigos científicos – que discute o uso do mapa no ensino de história oriundos dos livros didáticos, é perceptível uma tendência em centralizar a discussão desta iconografia espacial como fonte para um determinado período histórico ou até mesmo para apontar as exclusões e não a sua utilização. No entanto, soa defasado ressaltar somente críticas a abordagem do livro didático, pois grande parte da bibliografia tende a destacar muito mais a não utilização dos mapas do que problematizar tal questão que ocorre.

Logo, questionar a “verdade” cartográfica<sup>4</sup>, proporcionar uma leitura diversificada acerca dos mapas é o intento desta pesquisa, já que se vislumbra, a partir das palavras de Jeremy Black (2005, p. 187), que “o julgamento histórico deve se apoiar no reconhecimento

---

<sup>3</sup> Circe Bittencourt (2011, p. 57) postula que “cabe ao professor ensinar o aluno a levantar problemas e a reintegrá-los num conjunto mais vasto de outros problemas, procurando transformar, em cada aula de História, temas em problemáticas. Ensinar História passa a ser, então, dar condições para que o aluno possa participar do processo do fazer, do construir a História. O aluno deve entender que o conhecimento histórico não é adquirido como um dom – comumente ouvimos os alunos afirmarem: ‘eu não dou para aprender História’ -, nem, mesmo como uma mercadoria que se comprar bem ou mal”(BITTENCOURT,2011)

<sup>4</sup> Arthur Cezar Ferreira Reis (1963, p. 13) atenta que “a cartografia de um país ou de uma região não representa apenas um risco exato, forte, definindo um espaço físico, uma área de desenvolvimento cultural, mas, muitas vezes, uma demonstração positiva do esforço humano para criar a pátria, desvendar os mistérios do espaço físico, impondo uma soberania e afirmando uma decisão firme do exercício ininterrupto de uma posse. Daí porque, o que chamamos muito acertadamente, de consciência física da pátria, só se poder alcançar pela cartografia, que nos leva ao conhecimento das minúcias dos acidentes naturais e das marcas da presença atuante do homem. No caso da Amazônia, como parte integrante do Brasil, a cartografia que dela já se elaborou, autorizaria esse estado de consciência física?”. REIS, Arthur Cezar Ferreira. Prefácio. In: ADONIAS, Isa. **A cartografia da região Amazônica – catálogo descritivo (1500-1961)**. v. 1. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisas, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1963. p. 13-17.

das relações fundamentais no espaço como também no tempo, e essas frequentemente se tornam inteligíveis por meio dos mapas”. Portanto, o que difere a promoção do conhecimento por meio do mapa dos demais signos, posto que, segundo Harley (2005, p. 108), ele pode ser ao mesmo tempo icônico, linguístico, numérico e temporal.

A ideia do mapa como ilustração, enunciador da veracidade, comprovador de uma localização se perpetua. Mas, afinal, como construir um argumento a partir dos mapas? A percepção das mudanças e permanências é fundamental na utilização desses<sup>5</sup>. Uma abordagem simples e esclarecedora, por exemplo, é apresentar mapas dos séculos XVI e XVII e mapas da atualidade; enquanto o primeiro é dotado (em grande parte) de símbolos, desenhos que, na visão do cartógrafo, simbolizam aquele espaço, os últimos (tendem) a apresentar uma temática, maior precisão e objetividade do que está exposto<sup>6</sup>. Mas o que os une? A noção de representação, afinal, tudo que se apresenta é uma escolha, um discurso, dotado de poder. Deste modo, sua influência se exerce de maneira distinta e por meio de contexto distintos. Eis um exemplo abaixo:

---

<sup>5</sup> Chambouleyron (2014, p. 35) atesta que vários autores têm apontado para o fato de que para os historiadores, de um modo geral, o espaço é algo dado e inerte; como se fosse uma realidade pré-existente onde se desenrolaria a experiência humana. Daí as críticas da denominada história ambiental que se direcionam no sentido de chamar a atenção para o fato de que não é possível compreender a experiência humana sem também incorporar na explicação a ação de forças não-humanas. Mas o espaço está em parte também ausente nas análises de muitos historiadores na medida em que pouco se pensa sobre as dinâmicas espaciais ou na espacialidade das relações sociais que se estuda.

<sup>6</sup> Não se pode nesse sentido – até porque se fala de uma representação – considerar um mapa do século XVII errado em si, já que a sua composição está marcada, como a dos mapas dos dias de hoje, pelas condições de produção do tempo em que foi elaborado. Ibid., p. 36.



Fig. 1:  
Ma  
pa  
Peq  
uen  
o  
atla  
s do  
Mar  
anh  
ão e  
Grã  
o-  
Par  
á



Fonte: Acervo Digital da Biblioteca Nacional

O mapa intitulado *Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará* (Figura 1), produzido no século XVII pelo cartógrafo português João Teixeira Albernaz, demonstra o olhar do colonizador sobre os povos indígenas e o território amazônico. Este mapa tem o intuito de destacar as aldeias indígenas, os rios e as províncias. Mas, por quê? Justamente para afirmar a dominação sobre os lugares e os povos habitantes. Deve-se atentar que o mapa em tal época não tinha somente essa função, para o colonizador era de extrema importância ter o conhecimento geográfico das regiões, pois com isso se reconhecia o poder e domínios sobre as mesmas.

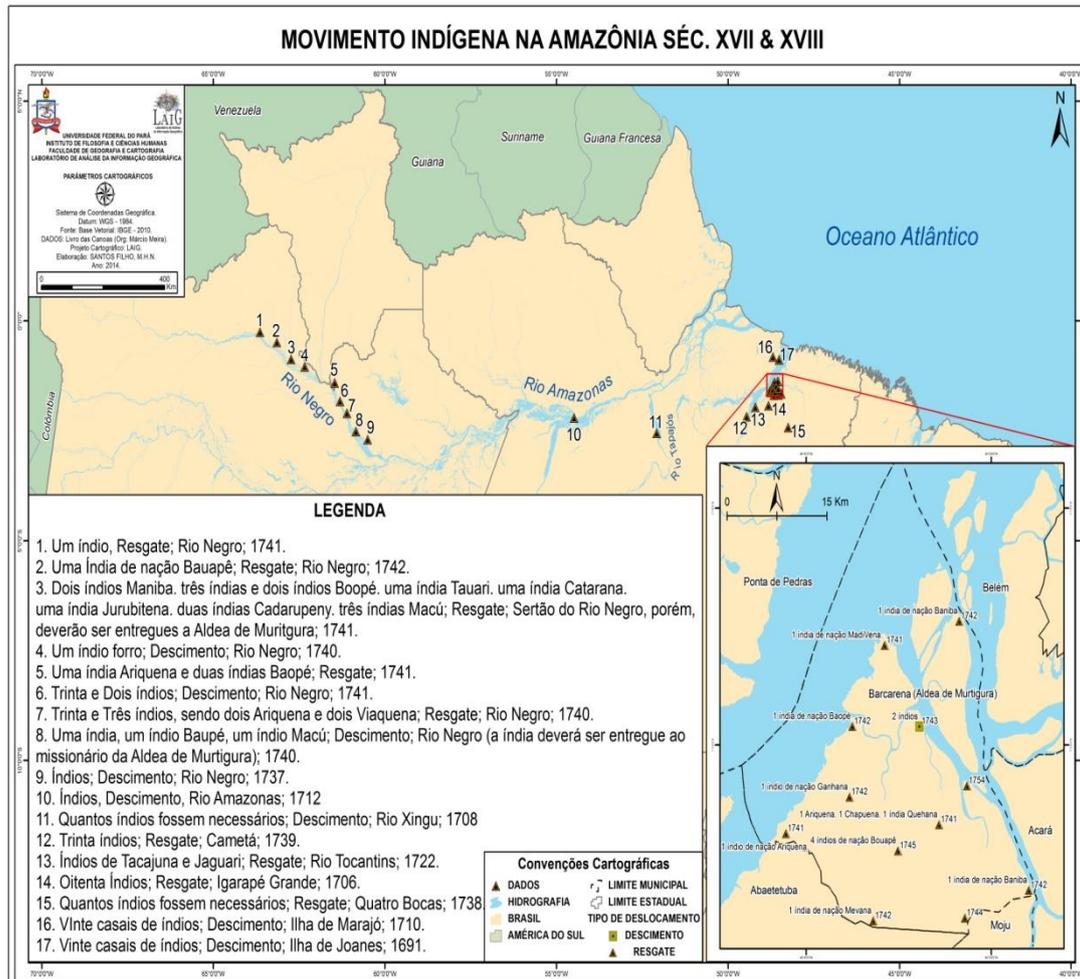


Fig. 2: Mapa Movimento Indígena na Amazônia séc. XVII e XVIII

Fonte: A autora

Já o mapa intitulado *Movimento indígena na Amazônia séc. XVII e XVIII* (Figura 2) fora produzido a partir de leitura e percepção de movimentos da população indígena, assim, o mapa permite compreender a ocupação e o deslocamento não espontâneo de diversos grupos indígenas da Amazônia que foram submetidos aos resgates e aos descimentos. Segundo Paulo Micelli (2012, p. 164 - 165),

No caso da Amazônia foram os descimentos, promovidos por tropas de resgate, que devastaram aldeias sob pretexto de resgatar índios escravizados ou condenados à morte por seus inimigos. Trazidos em grande número para as regiões ribeirinhas, ali ficavam à disposição dos traficantes, alimentando intenso comércio de escravos para as incipientes atividades de subsistência e a precária lavoura que se praticava nos primeiros núcleos instalados às margens dos rios pelos novos senhores da terra.

Por meio desses mapas, o professor pode trabalhar com as noções de espaço e tempo e como tais concepções se transformaram ao longo do percurso histórico. Conflitos, acordos e revoltas estiveram presentes na prática dos resgates e dos descimentos, pois a ideia de espaço com a ideia de posse (apropriação) se sucedeu com a conquista dos portugueses. Portanto, os mapas construídos pelos colonos muitas vezes mostram o domínio sob o território indígena e o desconhecimento da população que ali vivia convertendo cartograficamente os povos indígenas em estrangeiros do seu próprio lugar. Ao desenvolver o segundo mapa, busca-se criar uma cartografia indígena para esse período e, também, apresentar espacialmente a Amazônia não somente pela ótica do colonizador.

O mapa é uma construção social, sendo assim, não se pode naturalizar as concepções, os lugares, as ideologias, sobretudo, presentes nos livros didáticos.<sup>7</sup> O espaço só é dotado de sentido quando construído socialmente, pois não existe relação social sem a dimensão espacial. Consequentemente, o espaço também é construído por relatos e narrativas que o produzem e o descrevem.<sup>8</sup> Neste sentido, o mapa é uma enunciação e uma prática organizadora do espaço.

Chamar a atenção dos alunos para a não existência de fronteira natural, por exemplo, entre dois territórios é fundamental para a compreensão de que há sempre a delimitação da ação humana. Exemplo disto também são as expressões “meu país”, “minha região”, “minha cidade,” “meu bairro”, “minha rua” as quais funcionam como demarcadores espaciais do cotidiano, tanto do aluno quanto do professor. Esse tipo de implicação redireciona às noções de identidade, território e pertencimento.

Tomando o período do Brasil Colônia como modelo, institui-se que a compreensão do espaço (pelo menos por parte dos portugueses) ocorreu por dimensões da ocupação, do cultivo e da agricultura, e por meio delas, pode-se entender melhor as intervenções espaciais

---

<sup>7</sup> Albuquerque argumenta que (2008, p. 55) como é comum, no discurso historiográfico, quando se trata de pensar os espaços, a região aparece como um dado da realidade que não precisa ser em si mesmo pensado ou problematizado, não precisa ser tratado historicamente. A região aparece como um dado prévio, como um recorte espacial naturalizado, a-histórico, como um referente identitário que existira por si, ora como um recorte dado pela natureza, ora como um recorte político-administrativo, ora como um recorte cultural, mas que parece não ser fruto de um dado processo histórico. A história ocorreria na região, mas não existiria história da região.

<sup>8</sup> Na perspectiva de Certeau (1998, p. 208-209), as “operações de demarcação”, contratos narrativos e compilações de relatos, são compostas com fragmentos tirados de histórias anteriores e “bricolados” num todo único. Nessa organização, o relato tem papel decisivo. Sem dúvida, “descreve”. Mas “toda descrição é mais que uma fixação”, é “um ato culturalmente criador”. Ela é então fundadora de espaços.

que ocorreram. Logo, ao trabalhar com o mapa, o professor deve atentar para as diferentes formas de legitimar a apropriação do espaço, seja por meio dos seus usos e das ideologias, assim, deve vislumbrar o espaço como exercício de poderes. Ao pensar o espaço de Belém - ou outro qualquer, a reflexão deve estar relacionada com a interação e a mediação, pois nem uma visão sobre o espaço é neutra, e sim culturalmente determinada. Ao trabalhar com a espacialidade, deve-se buscar, especialmente, os significados e os sentidos, e não as razões para a ocorrência de determinado fenômeno histórico.<sup>9</sup>

Mas, afinal, como as sociedades pensam e se organizam espacialmente? Vivência, experiência, significado são termos flexíveis assim como o lugar pois este se ressignifica<sup>10</sup> no tempo, haja vista que o lugar está atrelado a sua temporalidade. Não se constrói os lugares da mesma maneira ao longo do tempo, criam-se significados e representações distintas, influenciadas pela natureza, relações sociais e sentidos os quais contribuem para construção do espaço.<sup>11</sup>

Portanto, o mapa é um texto que deve ser visto como fonte e argumento, o professor necessita situá-lo no contexto discutido. O mapa não é somente para “refletir” a realidade, pois essa iconografia espacial também projeta a imagem de quem o construiu. O discurso cartográfico é dotado de uma compreensão histórica e de mundo. O mapa é construído socialmente e é dotado de percepção e interpretação as quais dão sentido ao espaço e estrutura o mundo. E até aqueles que “não se preenchem” também são dotados de significados.

---

<sup>9</sup> Tempo e lugar são componentes básicos do mundo vivo, admitimos como certos pelos pesquisadores. Quando, no entanto, pensa-se sobre eles, podem assumir significados inesperados e levantam questões que não ocorreriam indagar. O lugar é um mundo de significado organizado. É essencialmente um conceito estático. Se se percebesse o mundo como processo, em constante mudança, não haveria capacidade de desenvolver nem um sentido de lugar. A experiência de tempo em uma criança difere da de um adulto. Para a criança, o tempo não “flui”; ela fica no tempo como se estivesse fora dele, permanecendo como criança aparentemente para sempre. Para o adulto o tempo corre, empurrando-o para frente quer queira, quer não. Desde que as crianças poucas vezes conseguem refletir sobre suas experiências e descrevê-las, é preciso recorrer as lembranças e as observações dos adultos (TUAN, 1983)

<sup>10</sup> Segundo Robert David Sack (1988, p. 226), “el campo de la geografía tampoco resulta simplemente de la interacción entre fuerzas naturales y fuerzas sociales. Los geógrafos son conscientes del hecho de que los hombres hacen algo más que actuar y reaccionar. Los hombres piensan y crean un mundo del significado, y los geógrafos humanísticos han hecho su aparición para explorar el modo en que los seres humanos conciben el mundo natural y social.”

<sup>11</sup> Para Robert David Dack (1988), significado, natureza e relações sociais são os três âmbitos mais conectados entre si quando estão ativos pois a infusão do lugar com estas perspectivas forma parte da experiência fundamental de estar no mundo.

Neste sentido, o saber histórico escolar permite também um debate geográfico e pedagógico; afinal, encaminhar o aluno para uma formação crítica<sup>12</sup> e consciente dos processos históricos e espaciais que compõe a proposta educacional. Conseqüentemente, ao problematizar o ensino de história e suas operações por meio de recurso didático, sobretudo, mapas, a temática debatida ensejou uma série de reflexões acerca do processo de ensino-aprendizagem<sup>13</sup>: “O saber histórico escolar está setorizado?”, “Há um esforço em integrá-lo a uma interdisciplinaridade?”, “Os mapas presentes nos livros didáticos de história estão presos a um passado que não integra o aluno?” são questões que merecem ser aprofundadas.

Ao observar que o tema do uso da cartografia em sala de aula não está tão consolidado na historiografia, este trabalho pretendeu corroborar e entender como o uso do mapa está sendo – ou não – construído e consolidado no espaço escolar. O esforço da pesquisa se deu no sentido de mostrar que ao empregar os mapas no ensino de história, professores e alunos têm a oportunidade de reconhecer a espacialidade como uma construção dos homens no tempo.

## REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BLACK, Jeremy. **Mapas e História: construindo imagens do passado**. Trad. Cleide Rapuci. Bauru: Eduesc, 2005.

---

<sup>12</sup> Formar o cidadão tem sido a palavra de ordem em escolas, secretarias de Educação e cursos de formação de professores. Em que pesem as diferenças entre os autores tratados, todos concordam com o fato de que formar o cidadão compreende um conjunto de preocupações que tem por objetivo a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e emancipadora por meio do desenvolvimento da capacidade analítica e da crítica, assim como, entre professores, da atribuição de valores e princípios democráticos. A educação, nesse sentido, tem a função de transformar a sociedade, posto que prepara os futuros agentes, em acordo com os ideais pretendidos. Cf. COELHO, Mauro Cezar. Moral da História: a representação do índio em livros didáticos ( SILVA, 2013).

<sup>13</sup> O uso dos mapas em sala de aula pode ser pensado a partir de duas perspectivas. Por um lado, o mapa como um recurso para a compreensão da espacialidade das relações humanas; é preciso refletir de que maneira o professor pode explicar os processos históricos espacialmente, no caso em questão, aproveitando-se da representação cartográfica. Por outro lado, o mapa como fonte para a construção do conhecimento histórico, tanto acadêmico, como no espaço do ensino escolar. De fato, tal qual qualquer documento devidamente contextualizado, o mapa permite construir uma explicação sobre um determinado processo, uma vez que sua construção remete à sociedade que o produziu, permitindo-nos, assim, também falar dela. CHAMBOULEYRON, Rafael. Os historiadores e os mapas. Perspectivas de pesquisa e ensino (HENRIQUE, 2014).

BOMBARDI, Fernanda Aires. “Para o serviço dos moradores”: descimentos particulares na Amazônia Colonial. **3º Encontro Internacional de História Colonial: “Cultura, poderes e sociabilidades no mundo Atlântico (século XV ao XVIII)”**, Recife, p. 1067-1074, 2011.

BORGES, Paulo Humberto Porto. Uma visão indígena da história. **Caderno Cedes**, ano XIX, n. 49, p. 92-106, dez. 1999.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de história e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

HARLEY, John Brian. **La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía**. 1 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

MEIRA, Márcio (Org.). **O livro das canoas: documentos para a história indígena da Amazônia**. São Paulo: NHII/USP/Fapesp, 1994.

MICELLI, Paulo. **O desenho do Brasil no teatro do mundo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

NEVES, Tamyris Monteiro. **Entre salvar almas para Deus e gerar lucro para a Fazenda Real: a empresa dos resgastes**. Belém, 2011. 57p. Monografia (Graduação). Faculdade de História. Universidade Federal do Pará.

TUNCAY, Vildan Bahar. Reflexiones sobre el uso del material cartográfico como Ferramienta pedagógica en América Latina: una función marginalizada ante la función estratégico-legal. **APUNTES**, Bogotá, v. 26, n. 1. p. 78 - 87, 2013.